

INFORMAÇÕES ACERCA DO EDITAL, VIA INTERNET			
A empresa que optar pela retira	ada eletrônica do Edital, deverá env	viar oficio a Prefeitura Municipal da Estância	
Turística de Paraguaçu Paulista.	Fax (xx18 3361-9109) ou via e-mail <u>lic</u>	sitacao@eparaguacu.sp.gov.br.	
	(MODELO RECIBO)		
	PREGÃO Nº 043/2015		
Fornecime	nto de suplementos lácteos e comp	olementos alimentícios.	
RAZÃO SOCIAL:			
CNJP:			
FONE:	FAX:	DATA:	
E-MAIL:			
NOME:		RUBRICA	

Obs.: Este recibo deverá ser preenchido e encaminhado, para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário, sob pena de não nos responsabilizarmos por eventuais prejuízos decorrentes da impossibilidade de comunicação por quaisquer alterações que se fizerem necessárias neste Edital.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) № 043/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 069/2015 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, com sede à Avenida Siqueira Campos, nº 1.430, TORNA PÚBLICO que se acha aberta no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, licitação na modalidade PREGÃO 043/2015 PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM — (Processo nº 069/2015), tendo por finalidade o REGISTRO DE PREÇO objetivando a fornecimento de suplementos lácteos e complementos alimentícios, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.536, de 25 de novembro de 2005, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994, 9.032 de 28 de abril de 1995 e alterações da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998. Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a **PROPOSTA** e os **DOCUMENTOS** de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, para credenciamento da sessão pública de processamento do Pregão.

A sessão de processamento do pregão será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, situada na Av. Siqueira Campos - Centro, iniciando-se a sessão de abertura no dia **26 de maio de 2015, às 09:00 horas** e será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designado nos autos do processo em epígrafe.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto a **fornecimento de suplementos lácteos e complementos alimentícios**, conforme relação constante no Anexo I que integra este Edital. **JUSTIFICATIVA:** Fornecimento de dietas especiais a pacientes (adultos e infantis), atendidos pela Rede Municipal de Saúde.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição, e que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- **2** Não será admitida a participação na presente licitação de empresas se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:
- 1.2.1. Consórcios, apresentadas na forma de consórcios, agrupamentos, associações, cooperativas ou parceiras;
- 1.2.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- 1.2.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista;
- 1.2.4. Empresas com falências decretadas ou em recuperação judicial;
- 1.2.5. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal de Paraguaçu Paulista.
- **3** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

III - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos fora dos envelopes:



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estáncia Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

- a) tratando-se de **representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial (última alteração), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de **procurador**, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 1.1. Para obter os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar uma declaração, sob as penas da Lei, de que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO".
- 1.1.1 para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei 19.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresa Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da lei complementar nº 123/06.
- 1.1.2 ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadra nos termos do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elancadas nos incisos I e X do §4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeito o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da lei n.º 8.666/93.
- 2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- **3** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.
- **4** A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, impossibilitará a participação da licitante neste pregão para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.
- **2** As propostas e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis e assinado sob o fecho, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE № 01 – PROPOSTA

NOME DO PROPONENTE:

PREGÃO № 043/2015

PROCESSO № 069/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

ENVELOPE № 02 – HABILITAÇÃO NOME DO PROPONENTE: PREGÃO № 043/2015 PROCESSO № 069/2015 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, com suas paginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 5.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - 5.1.1 Identificação da Proponente (nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual);
 - 5.1.2 Número do Processo e do Pregão;
- 5.1.3 Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da especificação técnica completa do item cotado, em conformidade com Anexo I deste Edital;
 - c.1 Comprovante de registro dos produtos na Anvisa.
 - c.2 Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição dos produtos, com laudo de laboratório qualificado.
 - c.3 Marca.
- 5.1.4 Preços unitários e totais líquidos, fixos e irreajustáveis, expressos em moeda nacional corrente, para materiais CIF-PARAGUAÇU PAULISTA/SP (entregues na forma da cláusula IX deste instrumento) em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionaria. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, cargas, descargas e instalação, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação:
- 5.1.5 Prázo de entrega dos objetos, não poderá ser superior a **05 (cinco)** dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela adjudicatária;
 - 5.1.6 Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias contados da data de encerramento da licitação.
 - 5.1.7- Condições de pagamento: até 30 (trinta) dias,
 - 5.1.8 Indicar o numero de sua conta corrente, agencia, e banco correspondente.
- 5.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 5.3 Apresentada à proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 5.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 5.5 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses** a partir da sua assinatura, podendo ser renovada nos termos da lei.
- 5.6 O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.
- 5.7 As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização de entrega.
- 5.8 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar aquisição que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada a preferência ao beneficiário do Registro, em igualdade de condições.
- 5.9 Não será admitida proposta com opção e cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual (última alteração);
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (última alteração), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

6.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
 - b) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Sede do Licitante;
 - c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
 - d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);
 - e) Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de regularidade com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional.
 - g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) perante a Justiça do Trabalho.

Observação: A prova de regularidade mencionada nas alíneas "d" e "f" poderá ser comprovada concomitantemente, através da nova certidão regulamentada pela Portaria nº 358 de 05 de setembro de 2014 e Decreto nº 8302 de 04 de setembro de 2014.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Alvará da Vigilância Sanitária, em plena validade;

6.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 6.1.5.1 Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (ANEXO III);
- 6.1.5.2 Declaração que aceita as condições estabelecidas no Edital do Pregão nº 043/2015, (Anexo IV):
- 6.1.5.3 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (modelo 02, ANEXO V);

6.2 - DA HABILITAÇÃO DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 6.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que fizeram jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, nos termos do item 1.1 deste edital, e, pretendam exercer os direitos decorrentes dos referidos benefícios quanto à habilitação, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.2.2 Constatada por meio da analise que uma ou algumas das participantes é empresa de pequeno porte ou microempresa e verificação que há restrições no que diz respeito à regularidade fiscal exigida no edital, essa, ou, essas empresas, serão admitidas a prosseguir no certame em igualdade de condições com as demais licitantes, observado o disposto no item VI e subitens deste edital.

6.3 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 6.3.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet, com data de expedição não anterior a 06 (seis) meses da data de encerramento da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos.
- 6.3.2 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;
- 6.3.3 As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, nos termos do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.
- 6.3.4 A documentação apresentada deve ser da empresa que efetivamente executará o objeto da presente licitação. No caso de empresas que possuam filiais, deverá apresentar os documentos de habilitação relativos aos estabelecimentos que eventualmente possam a vir participar da futura execução do objeto.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de **10 (dez) minutos.**
- 7.2 Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
 - 7.3.1 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
 - 7.3.2 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
 - 7.3.3 No tocante as especificações técnicas as propostas serão analisadas pela Comissão de Análise Técnica, o licitante que não atender as especificações técnica exigidas no Edital será desclassificada.
- 7.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
 - 7.4.1 Para efeito de seleção será considerado o menor preço por item.
- 7.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances, individualmente de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.5.1 O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 0,01 (um centavo de real), aplicável inclusive em relação ao primeiro.
- 7.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.8 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado, elegendo a detentora do menor preço como sendo a mais bem classificada.
- 7.9 Com base nessa classificação (item 7.8), será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos deste edital, preferência à contratação, nos termos da lei Complementar nº 123/06, observadas as seguintes regras:
- 7.9.1 O Pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta mais bem classificada (item 7.8), para apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 3 (três) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 7.9.1.1 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 7.9.1.
- 7.9.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta mais bem classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no item 7.9.1.
- 7.9.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo coma classificação de que trata o 7.8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 7.9.4 Caso a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, selecionada para exercer o direito de preferência a que se refere o item 7.9.1, não esteja representada na sessão de



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estáncia Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

realização do pregão, o Pregoeiro considerará o fato como desistência do exercício do direito de preferência por parte da referida licitante, seguido, desde logo, o procedimento contido do item 7.9.1 retro.

- 7.10 Não havendo redução das propostas por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos itens 7.9.1, 7.9.1.1 e 7.9.2, será mantida a classificação das propostas conforme o item 7.8, passando-se, desde logo, à negociação do preço, com a licitante melhor classificada originalmente.
- 7.11 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 7.9.1, 7.9.2, 7.9.3, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o sub item 7.8, com vistas à redução do preço.
- 7.12 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.12.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.13 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.14 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão publica de processamento do pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) substituição e apresentação de documentos; ou
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.15 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 7.16 Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.17 Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos deste edital, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no item 6.1.2 e subitens deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 7.18 A licitante habilitada nas condições do subitem 7.18 retro, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.18.1 A comprovação de que trata o item 7.19 retro deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração.
- 7.18.2 A não regularização da documentação, no prazo acima, implicará na decadência do direito à contratação, e na possibilidade de aplicação das sanções estabelecidas na XII deste edital.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 8.6 A adjudicação será feita por lote, diretamente pelo Pregoeiro.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1 Prazo e quantidade de entrega: na quantidade solicitada pelo Departamento.
- 2 Local de entrega: Almoxarifado do Departamento de Saúde, Av. Galdino , nº. 202.
- 3 A entrega deverá ser no máximo, 05 dias, a contar do recebimento da Autorização de Entrega correspondente.
- 4 As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização de entrega.
- 5 Correrão por conta da(s) contratada(s) todas as despesas de frete, carga, descarga, motorista, ajudantes, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos produtos.

X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 1 O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente no ato da entrega, no local e endereço indicados **no subitem a, do item IX** anterior, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.
- 2 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher o comprovante respectivo (canhoto ou outro documento hábil).
- **3 -** Constatadas irregularidades no objeto, a equipe designada para o recebimento, rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua substituição ou requerendo a rescisão da contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Nesta hipótese a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- **4 -** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, mediante carimbo de recibo atestando a conformidade no verso da nota, aposto e firmado pela equipe de responsável designada pela Municipalidade pelo recebimento.

XI - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega dos materiais, após o recebimento definitivo. Somente serão pagas notas fiscais/faturas se devidamente carimbadas no verso pela equipe responsável designada para administração para o recebimento, atestando a conformidade da entrega.
- 2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.
- **3** O pagamento será feito mediante depositado em conta nominal da empresa, mediante informação do n.º da agência, banco, e conta corrente.

XII - DA CONTRATAÇÃO

- 1 As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constante no Registro de Preço a serem firmados entre a Administração e o fornecedor serão formalizados através de contrato, observando- se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na Legislação vigente.
- 2 A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substitui-lo por Nota de Empenho, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.
- 3 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
- 4- Observando os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração, poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.
- 5- O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga Ó Município de Paraguaçu Paulista a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

- 6- Ao licitante vencedor, por item, fica assegurado a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes concorrente em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa a licitação.
- 7- A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo o Pregoeiro, convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
- 8 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

XIII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:
- a) não retirar a Nota de Empenho, no prazo de Edital
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;
- 2. com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93 e do Decreto nº 775/06, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa as seguintes penalidades:
 - 2.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto desta Licitação:
- a) multa de 10%, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;
 - 2.2. Pela Inexecução parcial ou total do contrato:
- a) advertência;
- b) multa de até 10% sobre o valor homologado;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 3.3. A formalização da aplicação das penalidades descritas nas alíneas "c" e "d" do subitem
 - 3.3.1 desta clausula determina a necessária publicação no Diário Oficial do Estado;



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

- 4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;
- 5. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente cancele o Registro de Preços do licitante e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.
- 6. Contra a aplicação das penas definidas nas letras "a", "d" e "c" do subitem 3.2.2. desta clausula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Pregoeiro. O recurso deverá ser entregue ao Pregoeiro, da contratante, que terá 05 (cinco) dias úteis para instruí-lo com relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, o Pregoeiro poderá reconsiderar e prover o pedido.

XIV - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XV - DAS DOTAÇÕES ORCAMENTÁRIAS

1 - Os recursos financeiros para a realização do objeto desta Licitação, correrão futuramente por conta de dotações orçamentárias correspondentes a os Departamentos requisitantes.

XVI - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses a partir da sua assinatura.
- 2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3. Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.
- 4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração Municipal, para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2 O resultado do presente certame será divulgado no serão publicados no Diário Oficial do Estado.
- **3** Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.
- 4 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal Departamento de Compras e Licitações, situada na Av. Siqueira Campos, 1.430, Centro, após a celebração do contrato.
- 5 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, desde que motivada sua solicitação.

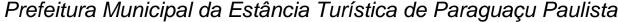


Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

- **5.1** A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 5.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
 - 6 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- **7** A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- **8** Fica reservado a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, o direito de anular ou revogar o presente Pregão sem que assista aos licitantes direito de reembolso ou indenização, se lhe for conveniente.
 - **9** Integram o presente Edital os Anexos:
 - Anexo I Relação dos produtos
 - Anexo II Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação;
 - Anexo III Declaração de Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com administração;
 - Anexo IV Declaração de Aceita as condições estabelecidas no Edital de Pregão;
 - Anexo V Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
 - Anexo VI Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
 - Anexo VII Minuta da Ata de Registro de Preço
- 10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 12/05/2015.

Dr. Ediney Taveira QueirozPrefeito Municipal





ANEXO I Objetivando fornecimento de suplementos lácteos e complementos alimentícios.

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO MATERIAL
1	30.000	UNID.	Dieta padrão Fórmula líquida de uso oral ou enteral nutricionalmente completa, normocalórica, normoglicídica, normoprotéica e normolipídica, de baixa osmolaridade. Isento de sacarose, lactose e glúten. Densidade calórica: 1,2 kcal/ml. Sabor baunilha. Embalagem de no minimo 1 litro. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
2	2.000	UNID.	Dieta padrão com fibras. Fórmula líquida de uso oral ou enteral nutricionamente completa, normocalórica, normoglicídica, normoprotéica e normolipídica, acrescida de fibras, com baixa osmolaridade. Isento de sacarose, lactose e glúten. Densidade calórica: 1,2 kcal/ml. Sabor baunilha. Embalagem de no minimo 1 litro. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
3	1.000	UNID.	Fórmula líquida de uso oral ou enteral nutricionamente completa, hipercalórica, normoglicídica, hiperprotéica e normolipídica, de baixa osmolaridade. Isento de sacarose, lactose e glúten. Dieta padrão. Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor baunilha. Embalagem de no minimo 1 litro. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
4	10.000	UNID.	Nutrição via oral, completa e balanceada, fórmula líquida, hipercalórica e hiperprotéica. Isenta de lactose e glúten. Sabor baunilha ou chocolate ou morango. Densidade 1.5 Kcal/ ml. Embalagem de no minimo 200 ml. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
5	7.000	UNID.	Nutrição via oral ou enteral completa e balanceada em pó, normocalórica e normoproteica, rica em vitaminas e minerais, FOS e Inulina. Isento de lactose e glúten. Sabores baunilha, chocolate, morango ou banana. Densidade calórica 1.0 Kcal/ml. Embalagem de no minimo 400 g. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
6	2.500	UNID.	Nutrição oral e enteral especializada para o controle glicêmico. Hiperproteico e enriquecido com fibras. Isento de sacarose, lactose e glúten. Sabores baunilha * Densidade calórica acima de 0,9 Kcal/ml. Embalagem de no mínimo 200 ml. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem)



7	500	UNID.	Fórmula em pó completa e balanceada e especifica para pacientes com Doença de Crohn. Isenta de glúten e lactose. Densidade 1 Kcal/ml. Embalagem de no minimo 400 g. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
8	500	UNID.	Fórmulas em pó hiperproteica e normocalórica. Que oferte uma alimentação que forme baixo resídua intestinal. Isento de lactose e glúten. Densidade calórica: 1,0 kcal/ml. Sache. Envelope de no mínimo 76g de pó. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
9	1.000	UNID.	Fórmula para nefropatas não dialisado em tratamento conservador. Hipercalórica. Isento de lactose, glúten. Densidade no mínimo 1.5 kcal/ml no mínimo. Sabor baunilha. Embalagem de no minimo 200 ml. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
10	500	UNID.	Fórmula para insuficiência renal crônico em processo dialítico. Hipercalórica. Isento de lactose, glúten e sacarose. Sabor baunilha. Densidade 1.5 kcal/ml no mínimo. Embalagem de no minimo 200 ml. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
11	1.000	UNID.	Fórmula hipercalórica e hiperlipídica, para atender às necessidades nutricionais do paciente com insuficiência respiratória crônica (DPOC) de baixa osmolaridade. Isento de lactose e glúten. Densidade calórica 1,4 kcal/ml no mínimo. Embalagem de no minimo 125 ml. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
12	1.000	UNID.	Fórmula em pó hipercalórica, para atender às necessidades nutricionais do paciente com insuficiência hepática (cirrose hepática, pré transplante de fígado). De baixa osmolaridade. Isento de lactose e glúten. Densidade calórica 1,25 Kcal/ml no mínimo. Embalagem sachê . Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
13	5.000 (sachês de 5 g)	UNID.	Módulo de L-glutamina pura. Isento de glúten, lactose e açúcar. Sem sabor. Embalagem de no minimo 5 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
14	2.000	UNID.	Espessante e gelificante para alimentos. Isento de sacarose e glúten. Não alterar cor, sabor, cheiro dos alimentos. Sem sabor. Embalagem de no minimo 125 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou



			superior (especificação e embalagem).
15	2.000	UNID.	Módulo de mix de fibras naturais, de fibras solúveis e de fibras insolúveis. Isento de lactose, sacarose e glúten que não alterar sabor. Embalagem de no minimo 200 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
16	2.000	UNID.	Mix de fibras solúveis, prebióticos. Isento de glúten. Sem sabor. Embalagem de no minimo 200 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
17	5.000	UNID.	Módulo de carboidratos, 100% maltodextrina. Isento de sabor. Isento de glúten, lactose e sacarose. Embalagem de no minimo 400 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
18	1.000	UNID.	Alimento em pó a base de proteína isolada de soja com vitaminas e minerais. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor Natural. Embalagem de no minimo 200 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
19	5.000	UNID.	Suplemento nutricional em pó indicado para criança, adulto e idoso. Suplementa: cálcio, ferro. Sabores Baunilha, Chocolate ou Morango. Embalagem de no minimo 400 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
20	5.000	UNID.	Alimento em pó para nutrição oral ou enteral, completa e balanceada para crianças a partir de 1 a 10 anos com dificuldades alimentares que suplementa vitaminas e minerais. Isento de lactose e glúten. Sabores Baunilha, chocolate ou neutro. Densidade calórica: 1 kcal/ml no mínimo. Embalagem de no minimo 400 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
21	10.000	UNID.	Fórmula infantil de partida, com macro e micros nutrientes para o adequado crescimento e desenvolvimento do lactente. Isento de glúten. Embalagem com no mínimo 400gr. Embalagem de no minimo 400 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
22	100	UNID.	Fórmula infantil à base de proteínas isolada de soja. Isento de glúten. Embalagem de no minimo 400 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

23	150	UNID.	Fórmula infantil para lactentes antirregurgitação. Isento de glúten. Embalagem de no minimo 400 gr. Ou produto similar com no mínimo toda composição solicitada, de mesma qualidade ou superior (especificação e embalagem).
24	1000	SACHÊS	Modulo de simbióticos contendo frutooligossacarideo (5,5g) devido a ser uma fibra solúvel que só nutre bactérias benéficas, e Lactobacillus Paracasei, Lactobacillus Rhamnosus, Lactobacillus Acidophilus e Bifidobacterium Lactis são prebióticos que conferem funções importantes para microbiota intestinal.
25	500	UNID.	Dieta hidrolisada para crianças de 1 a 10 anos, indicada para pacientes críticos, com retardo de esvaziamento gástrico e riscos de bronco aspiração, dificuldade na absorção de proteína intacta associada a desconfortos gastrointestinais e pacientes em desmame de nutrição parenteral. Com densidade calórica de no mínimo 1,0 Kcal/ml e no mínimo 98% de proteína do soro hidrolisada. Lata 400 grs. Isento de lactose e glúten.

DAS AMOSTRAS

- A apresentação da amostra será exigida somente do licitante vencedor, que deverá fazê-lo como condição para formalização do instrumento contratual.
- O licitante vencedor do certame licitatório deverá apresentar uma amostra do produto cotado, no prazo máximo de até 05 dias úteis da data da convocação, para avaliação quanto às suas características.
- A amostra deverá ser apresentada junto ao Álmoxarifado do Departamento de Saúde Av. Galdino, 202 Paraguaçu Pta SP.
- -As amostras deverão estar em embalagem original, não violada, com identificação da licitante, do processo, e, número do item respectivo;
- As amostras deverão ter a mesma qualidade do produto que será entregue.
- A não apresentação das amostras, implicará na aplicação da pena de suspensão, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/02 e desclassificação imediata do licitante.
- As amostras serão analisadas pela Nutricionista responsável, onde será verificado os seguintes itens: se as formulas apresentadas atendem as necessidades dos pacientes, se as embalagens apresentadas corre risco maior de contaminação e se dificulta o consumo dos pacientes, se tem opções de sabor para formulas infantis, verificando ainda a palatabilidade e aceitação dos produtos pelos pacientes.
- Os produtos que não atender as necessidades dos pacientes serão desclassificados.
- A embalagem deve conter: marca do produto, data de fabricação recente ou empacotamento, prazo de validade, isento de impurezas, nome do responsável Técnico, composição no rótulo, embalagem intacta, registrado no órgão competente.
- Caso apresente alguma impureza no produto dentro da validade de vencimento ou não apresente as características organolépticas adequadas ao produto será necessário à troca do mesmo.
- Ficando ressaltado que, a critério da Comissão, a mesma baseada nas prerrogativas do artigo 75 da Lei n. 8.666/93, poderá requerer testes "laudos" junto a laboratório credenciado pelo INMETRO, sob expensas da(s) empresa(s) licitantes.
- As amostras do licitante vencedor ficara retida para comparação futuras, as demais serão devolvidas aos licitantes desclassificados.

	ANE	(0 11	
	"DECLA	RAÇÃO"	
empresa Licitatório (Pregão nº/2015), da Prefo sob as penas da Lei, que demos pleno	, CNPJ: eitura Municipal d	, interessa a Estância Turística de P	, representante legal da ada em participar no Processo Paraguaçu Paulista, DECLARO ,
	Local e data		
		e, RG e do Representante n carimbo da empresa)	e Legal
	ANE) "DECLA	(O III RACÃO"	
CPF:repr CNPJ, intere Prefeitura Municipal da Estância Turísti impedimento legal contra a firma Administração	Eu,esentante legal da essada em partic ca de Paraguaçu	a empresa ipar no Processo Licita Paulista, <u>DECLARO</u> , sol	o as penas da Lei, que, inexiste
	Local e data	ı .	
	Contrat Nome,	ada RG. – representante lega	

(carimbo da empresa)



ANEXO IV				
"DECLARAÇÃO"				
Eu,			(nome completo),	
CPF· representante le	gal da empresa			
CNPJ, interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº/2015), da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, <u>DECLARO</u> , sob as penas da Lei, que, aceito as condições do Pregão nº/2015				
Local e data.				
	Contratada			
	Nome, RG. – represent	ante legal		
	(carimbo da empresa)			
ANEXO V				
"D	ECLARAÇÃO"			
Eu,		_nome	completo),	
CPF:representante	e legal da empresa		,	
CNPJ, interessada e				
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, <u>DECLARO</u> , sob as penas da Lei, que em meu quadro de pessoal, não utilizará na prestação dos serviços, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7°, da Constituição Federal e Lei Federal n° 9.854/99.				
Loc	al e data.			

Contratada

Nome, RG. – representante legal

(carimbo da empresa)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

A empresa, com sede na cidade de, Estado de, na Rua, inscrita no
CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representado por, DECLARA,
para devido fins, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou
empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
Paraguaçu Paulista, dede 2.015.

Empresa
Nome, RG. – representante legal
(carimbo da empresa)



DDECÃO DDECENCIAL - NO

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

ANEXO VII MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PRECO

_	SSO: Nº/2015		
AosParagua no CNP residente RG. n.º qualificado represen classificado homolog suplemento constante empresa	, na sede da açu Paulista, pessoa jurídica de direito públic J sob o nº44.547.305/0001-93, represente à Rua Tharcio Patrocínio de Campos, n.º 5.779.537 e do CPF n.º 362.887.568-49 das nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.52 dados conforme documento de credenciar ação das propostas apresentadas no Fado pelo Sr. Prefeito Municipal, Resolventos lácteos e complementos alimentídes do Anexo I, que passa a fazer parte de cuja proposta foi classificada em 1º lugar no	tada neste ato pelo Dr. Ediney 1067, Vila Galdino, portador da Céc, e de outro lado a empresa a se 20/02, e as demais normas legais mento ou procuração inserta nos a pregão para Registro de Preço ve registrar os preços para o f cios, para esta municipalidade, con esta, Tendo sido os referidos preços certame acima numerado, como se	s nº1.430, inscrita Taveira Queiroz dula de Identidade eguir descritas e aplicáveis, todos autos, conforme a nº/2015 fornecimento de nforme condições s oferecidos pela egue:
ITEM	OBJETO	EMPRESA	VALOR

I - DO OBJETO:

1.1. Aquisição de **suplementos lácteos e complementos alimentícios**, nas quantidades e de acordo com as especificações previstas no anexo I do Edital, do Pregão _____/2015, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta **ATA**.

II - DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses a partir da sua assinatura. Podendo ser renova por mais 12 (doze) meses, conforme, DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.693, DE 19 DE JUNHO DE 2007.
- 2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.3. Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.
- 2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração Municipal, para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

III DAS PENALIDADES

- 3.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:
- a) não retirar a Nota de Empenho, no prazo de Edital
- b) apresentar documentação falsa;



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;
- 3.2. com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93 e do Decreto nº 775/06, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa as seguintes penalidades:
- 3.2.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto desta Licitação:
- a) multa de 10%, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;
- 3.2.2. Pela Inexecução parcial ou total do contrato:
- a) advertência;
- b) multa de até 10% sobre o valor homologado;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 3.3. A formalização da aplicação das penalidades descritas nas alíneas "c" e "d" do subitem
- 3.2.2 desta clausula determina a necessária publicação no Diário Oficial do Estado;
- 3.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;
- 3.5. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente cancele o Registro de Preços do licitante e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.
- 3.6. Contra a aplicação das penas definidas nas letras "a", "d" e "c" do subitem 3.2.2. desta clausula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Pregoeiro. O recurso deverá ser entregue ao Pregoeiro, da contratante, que terá 05 (cinco) dias úteis para instruí-lo com relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, o Pregoeiro poderá reconsiderar e prover o pedido.

IV - DOS PREÇOS

4.2. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do Edital do Pregão para Registro de Preços nº _____/2015 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.



Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100 CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

V - DA FORMA, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 5.1- Da forma: Os produtos serão fornecidos <u>parceladamente</u> até o limite real necessário da municipalidade, em atendimento às requisições expedidas pelos Departamentos, assinadas pelo responsável.
- 5.2- O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços encontram-se registrados na presente Ata de Registro de Preços, serão formalizados de acordo com a necessidade da Prefeitura, através de Nota de Empenho ou Termos de Contrato que para todos os fins vinculam-se ao edital e a presente Ata, cujos produtos deverão ser entregues até 5 dias após solicitado pelo Departamento de Compras nos locais, dias e horários previstos, ou nos respectivos instrumentos (Nota de Empenho ou Termo de Contrato).
- 5.3- Local de entrega: Almoxarifado do Departamento de Saúde Av. Galdino, 202 Paraguaçu Pta SP.

VI - DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo do bem e ou serviço, mediante emissão de Nota Fiscal, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de **até 30 dias corridos**.
- 6.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

- 7.1. A Detentora da Ata fica obrigada a:
- a) Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.
- b) Manter, durante toda vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas para o certame;
- c) Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.
- d) Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.
- e) Entregar produtos com as especificações de qualidade postas no presente edital. (anexo I).
- 7.2. Entregar os objetos contratados no local indicado nesta Ata, item 5.1.
- 7.3. O prazo de entrega dos materiais deverá ser de, no máximo, 05 dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Entrega correspondente;
- 7.4. Os materiais entregues deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no edital.
- 7.5. Todos os bens deverão estar acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes a identificação, à marca do respectivo fabricante, a data de fabricação e ao prazo de validade, no caso de materiais sujeitos à deterioração;

VIII - DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para registro de Preços nº _____/2015, e seus anexos, e a proposta da empresa....., classificadas em 1º(s) lugar, respectivamente, no certame supra numerado.



- 8.2 A detentora da presente Ata obriga-se a manter durante toda a execução do presente instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que o originou.
- 8.3. Fica eleito o Foro de Paraguaçu Paulista, SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 8.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas aplicáveis.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, ... de ... de 2015.

Prefeitura Municipal da Estancia	Turistica de Paraguaçu Paulista
Ediney Taveira Queiroz	
Prefeito Municipal	
_	